

MUNDO DO BRASIL: NATUREZA E VIRTUDE

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho*

Resumo

Este texto apresenta a idéia de que os discursos exordiais seiscentistas compõem o início do livro, fazendo portanto parte do seu universo retórico. Para isto, aciono o conceito retórico de proêmio como a parte do discurso que, ao iniciá-lo, satisfaz já o artifício de captação de sua atenção, docilidade e interesse, como prevê a retórica, desde modelos antigos. O texto traz resumos de princípios teóricos de aplicação de pressupostos retóricos aos discursos preambulares do livro seiscentista circulante no Brasil e em Portugal: princípios da permeabilidade, adequação ou decoro, brevidade e civilizatório, (pelo elogio do leitor). Como ilustração, faço uma análise dos discursos preambulares do livro de sermões alegóricos do frei António do Rosário, no século XVII: *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*, publicado no ano de 1702.

Palavras-chave: Exórdio, Decoro, Retórica, Livro, Barroco.

Abstract

This text advances the idea that the exordial discourses of the 17th century make up the beginning of a book; therefore, they are part of its rhetorical universe. To do so, I make use of the rhetorical concept of proemium as the part of the discourse which introduces the book; and which from the start fulfills the role of an artifice for rendering the readers attentive, docile and favorable, as prescribed by rhetoric from ancient models. The text presents summaries of theoretical principles for applying rhetorical assumptions to preambulatory discourses of 17th century books in Brazil and in Portugal: the principles of permeability, adequacy or decorum, brevity and civility, (by the reader's praise). As an illustration, I analyze the preambulatory discourses of the book of allegorical sermons by Friar António do Rosário from the 17th century: *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário* [*Fruits from Brazil in a new and ascetical monarchy consecrated to the Lady of the Most Holy Rosary*], published in 1702.

Keywords: Exordium, Decorum, Rhetoric, Book, Baroque

Registros da prática e do estudo dos discursos preambulares remontam a autores antigos como Longino, que fala de “discursos de solenidades e aparato” ou tópica *encomia epideitica* no longínquo *Tratado sobre o sublime*, livro VIII. No mundo ainda grego, Luciano de Samósata vai mais longe e escreve uma narrativa intitulada *Sobre as dipsas*, história que penso figurar metaforicamente todo o poder de sedução e conquista que um discurso de entrada no mundo do livro deve apresentar. Veja-se do que se trata. Luciano apresenta as dipsas, serpentes terrivelmente sedentas, encontradas no deserto da Líbia, cujo efeito da mordida é causar

* Doutora em Letras pela UNICAMP – Professora de Literatura Portuguesa (UFRJ) mariafern@uol.com.br

igualmente insaciável sede. Uma vez picada pela serpente, sua vítima tanto mais bebe quanto mais deseja beber, e a sede aumenta cada vez mais. Uma explicação médica afirma que a razão disso é que, sendo o veneno muito espesso, dilui-se com mais rapidez no contato com líquidos. Uma analogia entre veneno e ação exordial é possível pela reafirmação do artifício da *captatio benevolentia*, pois após o contato com a “água limpa” de um leitor proveitoso espalha-se como efeito neste a vontade incontida de seguir adiante na leitura do livro, inquieto pela sede abrasante de beber a obra. Finaliza assim o narrador de Luciano a apresentação de sua peça introdutória: “Perdoa-me se mordido eu também em minha alma por esta mordida dulcíssima e saníssima, lanço-me com a boca aberta metendo a cabeça no jorro. Somente peço que não me falte sua vontade; nem que, dissipado o desejo de audição, permaneça eu todavia sedento, posto que, no que toca minha sede de sua benevolência, nada poderia me impedir de seguir bebendo, pois de acordo com o sábio Platão, não há saciedade do belo”.¹

Os historiadores são unânimes em afirmar que discursos preambulares são o canal mais direto e intenso entre autor e leitor. A ideia que ora apresento é que os discursos exordiais seiscentistas compõem o início do livro. O livro é o discurso, com isso desejo afirmar que a compreensão, deleite e persuasão que a obra alcança começa antes da matéria do livro, a partir de seus discursos proemiais, precisamente a partir do título.

Nas retóricas antigas ocidentais, a noção primeira do proêmio é a de que essa parte do discurso deve iniciá-lo, como é óbvio pensar, mas a finalidade estratégica de sedução do leitor, ouvinte ou espectador é igualmente seu pressuposto. Ora, é o universo retórico que define a arte da persuasão como aquela capaz de aproveitar qualquer matéria, tornando-a sedutora ou convincente. É pois do ponto de vista discursivo que notadamente prólogos, cartas ao leitor, discursos laudatórios, prefácios e dedicatórias têm a mesma finalidade do exórdio, qual seja, conquistar o interesse e a benevolência do leitor, exibindo por antecipação a causa final do discurso que o segue, comumente por meio de fórmulas de modéstia e sempre pela ênfase da importância ou utilidade da matéria, em consideração ainda de sua novidade, unidade ou verdade.

Para isso, articulam comumente o antigo preceito da *captatio benevolentiae*, entendido convencionalmente como conquista da simpatia, atenção e docilidade do público. Essa convenção costuma agregar figuras retóricas de afetação de modéstia ou lugar de humildade, como a conhecida “modéstia afetada” e a *rusticitas*, artifícios aproveitados, por sua vez, na esfera do discurso cristianizado por meio das figuras de devoção e humildade. Essas figuras por meio das quais o orador finge acreditar na própria incompetência ou desmerecimento encontram-se presentes nos discursos do Seiscentos — nos sermões, por exemplo —, sendo figuras “com as quais o pregador, aparentemente diminuindo a si mesmo, como que demonstra ao auditório a verdade de suas virtudes e autoridade inegável com que fala”.² Tais figuras são marca dos discursos preambulares.

De toda forma, esses discursos são lugar de debate sobre a adequação do livro que abrem, sobre o valor das figuras do autor, senhor ou mecenas e do leitor. Dizem também sobre as finalidades de seus gêneros discursivos. Quase sempre estes textos empreendem uma relação explicativa entre o gênero dos discursos que inauguram, em busca da unidade editorial do livro. Nos antologias poéticas, esses discursos empreendem construir parte do sentido dos poemas.

¹ LUCIANO. *Obras*. Madrid: Ed. Gredos, 1997.

² Estes três aspectos contidos no preceito são parte da convenção deste lugar-comum e estão conformes à interpretação de Alcir Pécora em sua apresentação do funcionamento da figura retórica da *rusticitas* no prefácio da obra de Giovanni della Casa, *Galateo ou Dos costumes*, São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. XVIII. Dessa mesma edição foram tiradas também a citação e a paráfrase.

Na pesquisa que desenvolvi, faço uma analogia entre livro e discurso, por isto afirmo que o exórdio, ao apresentar o livro, exerce a finalidade de abrir o discurso, isto é, é já parte do universo poético das antologias de poesia circulantes no Seiscentos ibérico e colonial, e o faço por meio da apreciação das finalidades discursivas dos textos preambulares. Daí a necessidade do estudo da retórica do exórdio, pois a ideia central é que esses discursos variadíssimos na forma e que ocupam um lugar preciso na disposição livresca, desempenham uma ação discursiva no complexo que é toda a obra. A analogia é, em última instância, entre exórdio e preâmbulos.

Com isso, intentei transpor para o livro o modelo de composição do discurso retoricamente instruído. A tal propósito, afirma Heinrich Lausberg que a norma suprema que atende às formas de introdução dos discursos retóricos é a mesma para todos: adequação. Sintetizo rapidamente o que posso chamar de regras básicas para a adequação do livro trazidas nos discursos preambulares:

Regra 1: a adequação de todas as espécies de discursos preambulares: decoro entre estes e o tipo de texto que constitui o livro que iniciam.

Regra 2: princípio da permeabilidade, segundo Alberto Porqueras Mayo, é a noção segundo a qual os discursos prefaciais tomam o estilo da matéria do livro que abrem, pois sofrem uma espécie de contágio do gênero da obra. Contudo, tal permeabilidade não implica que os discursos preambulares devam ser do mesmo gênero que a matéria que iniciam; há sim uma relação retórica, moral, letrada, em suma, uma relação decorosa entre livro e prólogo, mas essa relação é antes de tudo de independência quanto à forma dos textos que iniciam: interesses específicos do gênero do preâmbulo e não necessariamente seguir condicionamentos do gênero da obra.

Regra 3: a brevidade. Um dos legados mais reconhecíveis da retórica latina à normatização das peças introdutórias diz respeito à virtude da brevidade. Quintiliano circunstancializa a extensão do exórdio nos discursos judiciais ao afirmar que os casos simples requerem apenas uma brevíssima introdução, sendo os mais longos aplicáveis aos casos complicados (IV, 1, 35 e 44). O anônimo da *Retórica a Herênio* já havia definido esse pré-requisito aos bons autores. A brevidade atende à simplicidade do estilo do exórdio. Quintiliano é reticente quanto à composição de metáforas sobretudo, mas também de neologismos, arcaísmos ou licenças poéticas, e exige sempre qualificada prudência nos seus usos. Esta opinião se estende com mais razão ao estilo que um exórdio deve apresentar. A compreensão do retor latino afirma que o estilo do exórdio não deve parecer com os das partes argumentativa e narrativa do discurso, nem deve ser prolixo ou demasiado ornado: deve parecer simples e espontâneo, de modo que nem nossas palavras nem nossos trejeitos devam prometer demais do que se pode dar³.

Repare-se que Quintiliano não admite sem adequação ao exórdio nem o ornato das figuras, nem a gravidade argumentativa, e não aceita igualmente prolixidade, mas exige o efeito de simplicidade e de espontaneidade (*simplici atque illaboratae similis*), na medida em que nem palavras ou esgares prometam o que o discurso não poderá oferecer. Note-se ainda que Quintiliano não exige a simplicidade propriamente dita, mas sim que o estilo apresente certo “efeito de simplicidade”, podendo ser bastante elaborado na busca desse efeito.

Podemos ter como exemplo o “prólogo do autor” escrito por François Rabelais para seu livro *Gargantua* (1542), em que o compara a uma garrafa modesta cujo conteúdo de elevada

³ Quintiliano, *Institutio Oratoria*, Harvard, Loeb classical library, 1996, Livro IV, 1, 60: “The style of the exordium should not resemble that of our purple patches nor that of the argumentative and narrative portions of the speech, nor yet should it be prolix or continuously ornate: it should rather seem simple and unpremeditated, [*sed saepe simplici atque illaboratae similis*] while neither our words nor our looks should promise too much”.

significação poderia superar as baixas expectativas da simplória embalagem, imagens de forte agudeza para significar o próprio prólogo.

Regra 4: o leitor: a prática exordial não busca como efeito elevar apenas a matéria poética, mas igualmente o leitor. A noção civilizatória derivada da escola das virtudes que são as letras realiza-se também como elogio do leitor. O poeta coloca-se assim num lugar fingido de humildade e devoção que mais revela, por efeito, a autoridade de sua rubrica e o decoro da obra que sabe representar.

Estudo dos discursos preambulares do livro *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*, publicado no ano de 1702, escrito pelo frei Antônio do Rosário.

Esta obra é constituída por um conjunto de três sermões, que o autor chama de parábolas, e cada um deles possui vários capítulos. Trata-se de uma apresentação alegórica de coisas naturais do Brasil. No primeiro e segundo sermões, por meio de representação analógica de lugares-comuns do discurso seiscentista, como o da utilidade dos frutos em relação apenas ao deleite das flores, o autor localiza as coisas das terras brasílicas ocupando o lugar da utilidade na analogia. Ao passo que na velha Europa, representações já conhecidas das flores aparecem como suficientemente glosadas em prosa e poesia, as generosas frutas do Brasil usurpam a majestade do novo par real pelo proveito que ensejam, e assim o autor coroa o ananás como rei e a cana de açúcar como rainha na real grandeza da devoção à Nossa Senhora do Rosário.

A dedicatória do livro é dirigida diretamente *À Soberana Rainha dos Anjos, Mãe de Deos, Advogada dos pecadores e com o supremo e admirável título de Senhora do Rosário*. Tem início com o trocadilho entre folhas naturais e folhas da escrita, esta última a moeda de troca de que dispõe o orador para pagamento da ingente dívida de que os benefícios da santa são os credores. A analogia, doravante, se instaura pelo fato de tais folhas serem de umas frutas tomadas pela graça do Rosário, as quais tornar-se-ão frutos da honra e graça deste. É por serem frutas e poderem derivar frutos de boas obras que são essas folhas uma forma de paga. É essa analogia que se estenderá por todo o livro. Após este passo, o autor cita o impressor e o agradece.

A carta ao leitor é plena de afetos retoricamente provocados e merece algumas considerações. Primeiramente, ela tem início por certa marca de subjetividade, em estilo demasiado coloquial que o autor não conduz com a mesma fluência que mostra no texto dos sermões propriamente ditos. Ainda que pertinente o lugar de exposição da autoria e justificativa da escrita dos sermões aos “amigos e benévolos leitores”: fazer “parábolas das frutas do Brasil, ainda que agrestes e desconhecidas”, e por isto, acrescentaríamos, ainda que adequado, dizíamos, traz uma reversão de afeto de humildade a solicitação de imparcialidade ao leitor, peça incomum nas cartas dos livros portugueses. Sabe-se que as cartas devem ter como efeito, entre outros, o elogio subjacente à figura do mesmo leitor. Veja-se o trecho: “se caso gostares do rústico e limitado mimo, que humilde te ofereço, não te cances em mo agradecer, porque do que prego e do que escrevo, bem poderás entender, que não faço caso de lisonjas, nem de displicencias.”⁴ E continua ainda o severo padre: “porque aos lisongeiros remeto a Deos, e aos mordazes mando-os cardar; a Deos e vejamonos no Ceo.”⁵ Apesar de não comum, prólogos galeatos, ou seja, aqueles

⁴ ROSÁRIO, Antônio do, (1647-1704). *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, folha um da carta ao leitor, frente.

⁵ Idem, folha um da carta ao leitor, verso.

em que se defende a obra de reparos ou objeções vindouras ou já feitas, existem na tradição dos discursos preambulares.

Sobre as licenças, repare-se que são largas, a primeira, a da Ordem, assinada pelo frei Jeronimo da Ressurreição, explica o procedimento de moralização assim: “Das frutas do Brasil se aproveitou o Author, para delas colher e intimar ao mundo outros frutos de melhor laya, e de mais proveito, que são virtudes e bons costumes; isto tudo com tanto espírito, subtileza e engenho (...)”.⁶

A estudiosa Ana Hatherly vincula a descrição da tópica da exuberância da natureza às representações do Paraíso Terreal, muito propício que era o pensamento corrente do século XVII em ver prodígio e maravilha em todos os signos, mesmo os naturais. Segundo ela, Frei Antonio do Rosário “descreve, glosa e moraliza nos seus sermões alegóricos um intrincado desdobrar de propriedades e perfeições que a Natureza oferece visível e invisivelmente, para deleitar e ensinar, conforme a norma da época exige,”⁷ destacando as associações das maravilhas naturais do Brasil às maravilhas naturais da Terra Prometida.

Afora a explicação do engenho de moralização pelas frutas, a primeira licença arrola mais de uma vez séries de autoridades da filosofia e da patrística para forrar o autor de autoridade. Esta espécie de licença comentada é comum em preambulares de sermonários e apresentação rica fonte de implicações para nossos atuais estudos literários.

A segunda licença é chamada de Censura e foi elaborada pelo frei Luis da Purificação. Parte, como é de praxe nesse gênero de discurso, de uma analogia para elogiar o livro de António do Rosário: há quem deseje ter muitos ouvidos para ouvir a pregação do orador e seu censor deseja ter multiplicados olhos para ler as letras dos mesmos sermões. Com isso, Luis da Purificação toca na questão intrínseca da passagem entre a oralidade do sermão e a escrita do texto, passagem que por vezes demora décadas, como o caso dos sermões do padre Antonio Vieira. Esse tema é de grande interesse dos estudos do livro e da história do livro. Ou seja, a reflexão sobre as particularidades da materialidade do livro impresso em relação à ocasião de pronúncia do sermão no interior da missa. Conclusões tiradas recentemente, nomeadamente as da dissertação de mestrado de Rodrigo Pinto⁸, na USP, indicam a impossibilidade da leitura dos sermões sem a consideração da ocasião da escrita: das diferenças entre o texto oralizado e o texto reescrito; entre a audiência e a leitura individual é mister que o estilo acompanhe essa diversidade.

No que diz respeito ainda à censura, afirma-se que o censor faz duas referências ao próprio gênero do discurso censório, o que não é tão comum, e afirma o caráter de panegírico àquele aspecto que possa parecer hiperbólico a algum leitor. Ao final, resume; “Mas porque não pareça panegyrista, quando a obediência me faz censor, concluo finalmente que o meu parecer he não ter que censurar (...)”.⁹

A terceira licença, também chamada da Ordem, é simples e aciona a fórmula aprovativa que se espera nesse lugar: acusa obediência, elogia os leitores indicados como pareceristas, afirma o canônico das coisas escritas e sua utilidade espiritual e concede a licença de publicação.

⁶ ROSÁRIO, António do, (1647-1704). *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, folha dois da primeira licença, frente.

⁷ ROSÁRIO, António do, (1647-1704). *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*. Apres. Ana Hatherly – Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, p. 14.

⁸ PINTO, Rodrigo Gomes de Oliveira. *Entre borrões e cadáveres: os sermões de Dominga da Quaresma de António Vieira*. Dissertação de mestrado. USP (Faculdade de Ciências Humanas e Letras), 2009.

⁹ ROSÁRIO, António do, (1647-1704). *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, folha três da segunda licença, verso.

O livro possui ainda uma curiosa Aprovação do Paço que acusa o engenho metafórico da obra, explicando que, por o autor descobrir os sentidos místico, alegórico e metafórico, produz “inventivas proveitosas nas virtudes e invectivas curiosas contra os vícios”. Além disso, este discurso faz ilações políticas bastante diretas.

Após tais textos, seguem-se as licenças formulárias, um índice numerado das frutas do Brasil que se contém no livro e finalmente um prefácio, denominado “prefaçam”, o qual explica o funcionamento da argumentação de todo o livro “no mundo do Brasil”. Diferentemente do velho mundo, o novo mundo americano tem toda a natureza para glorificar o criador, sendo obrigação do pregador formular moralidades místicas das frutas.

A propósito, no livro seiscentista escrito em língua portuguesa, o prefácio é raro, o que predomina como texto com a função de apresentação da obra, proposição da matéria e *captatio benevolentiae* do leitor é o prólogo.

Após os três capítulos ou parábolas, a obra traz um índice dos lugares da sagrada escritura e um índice das coisas mais notáveis, os quais, por ordem alfabética, mostram argumentos centrais usados no livro.

Destaco três aspectos, para finalizar, que considero importante enfatizar sobre o argumento de moralização alegórica dessa obra: o desejo de apresentar o Brasil ao mundo europeu por meio da descrição da riqueza de seu mundo natural: animal, vegetal, mineral; vestígios de uma jornada intelectual rumo ao mundo objetivamente conhecido pela botânica, anatomia, náutica etc, o que o método científico consolidaria com o passar dos tempos e prática discursiva *a lo divino* das espécies terreaux mais variadas.

REFERÊNCIAS

DELLA CASA, Giovanni. **Galateo ou Dos costumes**, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

LUCIANO. **Obras**. Madrid: Ed. Gredos, 1997. 4 vol.

QUINTILIANO. **Institutio Oratoria**. 1ª. ed.:1921. Harvard, Loeb classical library, 1996, (126). 4t.

_____. **Instituições oratórias**. Trad. Jerônimo Soares Barbosa. São Paulo: Ed. Cultura, 1944.2 vol. (Série Clássica Universal, 42).

ROSÁRIO, António do, (1647-1704). **Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008 – Fac-símile da ed. de Lisboa: Antonio Pedroso Galvão, 1702.

_____. **Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada à santíssima senhora do Rosário**. Apres. Ana Hatherly – Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002 – Fac-símile da ed. de Lisboa: Antonio Pedroso Galvão, 1702.